A ciência a serviço da sociedade

Programas da FAPESP fazem o diagnóstico e propõem soluções para problemas concretos

LAURABEATRIZ

Municiar a administração pública com modernos instrumentos de gestão, mapear as mazelas sociais, examinar as várias faces da violência urbana e da saúde pública, mergulhar nas dificuldades do ensino público, reciclar professores implantando novos métodos pedagógicos que estimulem os alunos a aprender e a participar – são muitos os resultados dos programas de Pesquisa em Políticas Públicas e de Pesquisas Aplicadas sobre a Melhoria do Ensino Público, que a FAPESP vem estimulando decisivamente. Eles fazem parte de uma estratégia de aproximação entre o sistema de ciência e tecnologia e a sociedade, desenhada a partir de 1995 e composta por outros dois programas: o Programa de Parceria para Inovação Tecnológica (PITE) e o Programa de Inovação Tecnológica em Pequenas Empresas (PIPE). O espírito é financiar projetos que diagnosticam e propõem soluções para problemas concretos, de grande relevância para setores econômicos, sociais e comunitários, criando ao mesmo tempo mecanismos efetivos de transferência do conhecimento.

Lançado em 1998, o programa de Políticas Públicas reúne, de um lado, instituições de pesquisa e universidades (públicas e privadas) e, de outro, organismos do setor público (secretarias estaduais, empresas estatais, prefeituras) e do terceiro setor (cooperativas, fundações, ONGs). O regime é de parceria – de resto, comum a outros programas. Quer dizer, há uma interação de duas forças, os grupos de pesquisa, que desenvolvem os projetos, e os parceiros, que se comprometem a executá-los. A FAPESP dá o suporte financeiro – auxílio para os pesquisadores, bolsas, compra de material (computadores, vídeos) – e define os critérios para aprovação e desenvolvimento. Os projetos são cumpridos em três fases. Na primeira, de seis meses, o projeto recebe uma verba de até R$ 30 mil para estudos preliminares e de viabilidade. Na segunda, que tem dois anos de duração e vai até a complementação do trabalho em escala-piloto, o financiamento pode chegar a R$ 200 mil. Na terceira fase, não há mais financiamento. Mas é nela que se dá a articulação entre pesquisa e vida real: é quando o parceiro vai implantar efetivamente o produto do projeto.

De lá para cá, o programa de Política Públicas já aprovou 102 projetos (cuja relação pode ser vista a partir da página 42), envolvendo investimentos de R$ 5,5 milhões (até maio). A maioria está em andamento e seu espectro é amplo, tanto no que diz respeito aos setores de atividade quanto à origem e local de execução. Os temas revelam importantes sinalizações sociais: vão de violência urbana e

violência doméstica e sexual contra a mulher a inquérito sobre a situação de saúde no Estado; de programa de renda mínima a empregabilidade de grupos sociais discriminados, como mulheres e negros; da digitalização de bibliotecas a meio ambiente. Vale ressaltar, porém, o interesse das prefeituras em incorporar modernos instrumentos de gestão, seja na área tributária (setor-chave nos dias de hoje), seja na do planejamento. Por exemplo: em Presidente Prudente, pesquisadores desenvolvem um *software* que permitirá levantar e cruzar informações sociais, econômicas, ambientais e servirá de munição para a tomada de decisões. Pretendem dar às prefeituras (já que o modelo poderá ser aplicado em qualquer outra cidade) um instrumento para ajudá-las "a promover a inclusão social", como diz Eliseu Savério Sposito, da Universidade Estadual Paulista (Unesp), coordenador do projeto. Não é possível garantir que isso vá acontecer, ou quando vai acontecer, porque não depende só das autoridades locais, nem é uma tarefa que se esgote numa só gestão. Mas, acrescenta Sposito, "se não ocorrer não será por falta de informação".

O Programa de Melhoria do Ensino Público foi lançado antes, em 1995, mas opera desde 1996. Já aprovou 62 projetos (cuja relação está no final desta edição), muitos dos quais já completados. Neles, a FAPESP investiu R$ 11,2 milhões (até junho) – dinheiro destinado a auxílio à pesquisa, bolsas para professores, compra de computadores ou reequipamento de laboratórios. Sua abrangência também é ampla, pois reúne projetos de campos variados, enfatizando a interdisciplinariedade. Em comum a todos, objetivos de particular importância para a escola pública: formar e reciclar professores, tornando-os mais participativos, ou seja, professores-pesquisadores; implantar novas técnicas pedagógicas, que partam da vida real; motivar os alunos; recuperar o prazer de estudar e ensinar, principalmente nas disciplinas "chatas" ou "difíceis", como ciências e matemática. Enfim, fazer da escola não mais uma mera transmissora de informações, mas uma geradora de novos conhecimentos.

Por exemplo, os professores da escola estadual Prof. Architiclino Santos, localizada no Parque Continental, zona oeste de São Paulo, queixavam-se da falta de equipamentos e materiais. Um projeto – coordenado por Mansur Lutfi, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) – permitiu equipar a escola com televisores e vídeos, mas, para montar a videoteca, os professores tiveram que fazer uma pesquisa minuciosa dos títulos existentes no mercado. No caso de física, achavam que o problema seria resolvido simplesmente com a compra de um kit didático. Logo perceberam que isso não proporcionava a compreensão adequada dos conceitos: começaram a pesquisar e a construir eles próprios instrumentos mais eficientes para equipar o laboratório. Outro exemplo: na Escola Municipal de Educação Infantil e de Primeiro Grau para Deficientes Auditivos Anne Sullivan, os professores procuraram novas tecnologias para alfabetizar crianças surdas. Com a ajuda da Universidade de São Paulo (USP), num projeto coordenado por Leland Emerson McCleary, o grupo percebeu que, para aprender a ler e escrever, o deficiente precisava antes de mais nada adquirir uma primeira linguagem – a linguagem de sinais. A escola passou então a investir no treinamento dos professores e no incentivo aos pais, para que estes também aprendessem a linguagem. Hoje, na escola Anne Sullivan, alunos que tinham dificuldade para aprender a ler contam fluentemente para os colegas, por meio de sinais, as histórias que lêem nos livros.

Experiências semelhantes – promovidas pelos programas de Políticas Públicas e de Ensino Público – estão reproduzidas neste suplemento. É o que se vê a seguir.

ÍNDICE

POLÍTICAS PÚBLICAS

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER 6
AGRICULTURA 8
INQUÉRITOS DE SAÚDE 9
REDE DE BIBLIOTECAS 10
AMBIENTE 11
RENDA MÍNIMA 12
ÁGUA LIMPA 13
TRABALHO 13
GESTÃO FINANCEIRA 14
VIOLÊNCIA URBANA 15
LINGUAGEM DE SINAIS 16
NUTRIÇÃO 17
PESQUISA AGRÍCOLA 18
GESTÃO DOCUMENTAL 19
POLUIÇÃO – OZÔNIO 20
PLANEJAMENTO MUNICIPAL 21
DEFICIENTES 21
ALIMENTOS 22
COOPERATIVAS 23
BACIAS HIDROGRÁFICAS 24
INCLUSÃO SOCIAL 25
HEMEROTECA DIGITALIZADA 25
COMUNIDADE DA PERIFERIA 26
ZONA COSTEIRA 27

ENSINO PÚBLICO

FORMAÇÃO DE PROFESSORES 28
CIÊNCIA NA ESCOLA 30
GEOCIÊNCIAS 31
ALFABETIZAÇÃO 32
BOTÂNICA 33
EMPRESA JOVEM 34
INFORMATIZAÇÃO 35
CAPACITAÇÃO 36
GEOMETRIA 36
MATEMÁTICA 37
QUÍMICA 38
MÉTODO LABOR 39
MATERIAL DIDÁTICO 40
DROGAS 41

RELAÇÃO DE PROJETOS APROVADOS 42

Edição: José Roberto Nassar
Reportagens: Cely Carmo, Lara Lima, Maria Aparecida Medeiros e Silvia Mendes
Capa: Hélio de Almeida, sobre foto de Eduardo Cesar
Diagramação: José Roberto Medda, Luciana Facchini e Tânia Maria dos Santos